

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	26
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	37
2.5 Medições não contábeis	44
2.6 Eventos subsequentes as DFs	48
2.7 Destinação de resultados	49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	53
2.10 Planos de negócios	54
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	60
5.3 Programa de integridade	64
5.4 Alterações significativas	69
5.5 Outras informações relevantes	70

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas Demonstrações Financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para o exercício indicado, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando, com isso, arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. A partir de 01 de janeiro de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações, a Administração da Companhia decidiu por consolidar algumas unidades de negócios e apresentar suas informações em apenas 3 segmentos, que consideram: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Considerando esse movimento, a Companhia passou a possuir 3 segmentos operacionais, sendo: Kroton (B2C de ensino superior nas modalidades presencial e à distância, e B2B2C de Educação Continuada, nas modalidades presencial e à distância), Vasta (B2B de educação básica), e Saber (B2Gov de educação básica, Programa Nacional do Livro Didático, livros vendidos, cursos livres e preparatórios e escolas de idiomas).

No Segmento Kroton, a Companhia encerrou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 com 1.025.643 alunos (considerando os cursos de graduação e pós-graduação), sendo 346.417 matriculados na modalidade de alta presencialidade e 607.716 matriculados em baixa presencialidade. Considerando o total de alunos dos segmentos, obtivemos um crescimento de 6,4% em relação ao último ano. Em linha com a estratégia da Companhia, quanto aos cursos digitais, a modalidade de Baixa Presencialidade (BP) apresenta taxas de crescimento ainda mais expressivas do que o segmento de Alta Presencialidade (AP).

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida do segmento Kroton atingiu R\$ 3.640,6 milhões, que resultou em um aumento de 8,8% se comparado ao mesmo período de 2022.

No Segmento Saber, a Companhia conta, na Educação Básica, com 115 unidades do Red Balloon e 29.044 alunos em todo o território nacional, um aumento de 12,5% em relação ao último ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando os dados acima, a receita líquida do segmento obteve R\$ 768,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que gerou um aumento de 59,7% quando comparado com o mesmo período de 2022.

No Segmento Vasta, a receita líquida foi de R\$ 1.486,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 17,6% em comparação ao ano anterior. O aumento está principalmente impactado pela receita de subscrição, um aumento de 14%, evidenciando a contínua ampliação da participação desta modalidade de Receita, que oferece maior rentabilidade, previsibilidade e fidelização. É importante mencionar que a Vasta possui ciclo comercial que se inicia no quarto trimestre de cada ano, onde são realizadas as primeiras entregas de conteúdo a seus alunos e escolas parceiras.

Indicadores Financeiros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida da Companhia atingiu o montante de R\$ 5.895,5 milhões, aumento de R\$ 803,3 milhões em comparação com o exercício anterior, ou 15,8% na comparação anual, refletindo: (i) crescimento de Receita Kroton e (ii) o crescimento de 17,6% da Receita Líquida de Vasta, decorrente de um início de ciclo de 2024 positivo em relação à performance da receita de subscrição, que superou em 16% a receita comparada com o mesmo período do ciclo de 2023, além disso, a Vasta promoveu o lançamento do novo produto B2G, que totalizou um acréscimo de receita de R\$ 81,2 milhões, mostrando confiança no atingimento do *guidance* para o ciclo de 2024. Por sua vez, o prejuízo da Companhia foi de R\$ 511,4 milhões, R\$ 29,6 milhões menor que 2022.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.840,2 milhões em 31 de dezembro de 2023, gerando uma redução de R\$ 340,7 milhões, ou 18,5%, quando comparado com o último exercício social encerrado.

A Administração da Companhia analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2023:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro	
	de	
	2023	2022
Ativo Circulante	5.006,5	5.059,7
Passivo Circulante	3.672,9	4.069,3
Índice de liquidez corrente	1,4x	1,2x
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	12.432,5	13.155,4
Ativo Total	25.135,9	26.396,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de endividamento	0,5x	0,5x
Lucro Líquido	(511,4)	(541,0)
Ativo Total	25.135,9	26.396,8
Retorno sobre os ativos	-2,0%	-2,0%
Lucro Líquido	(511,4)	(541,0)
Patrimônio Líquido	12.706,3	13.241,4
Retorno sobre o patrimônio líquido	-4,0%	-4,1%

No comparativo entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez corrente aumentou de 1,2x para 1,4x, impactado pela queda observada no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, fruto dos pagamentos de debêntures e contas a pagar por aquisições. Em contrapartida a esse efeito, houve captação de debêntures durante o exercício. Com relação ao índice de endividamento, esse foi mantido em 0,5x entre os exercícios.

Nosso retorno sobre os ativos manteve-se em -2,0%, em função da queda nos resultados do exercício social encerrado em 2023.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, apuramos redução em -4,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e -4,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido teve retorno de -4,0% passando de R\$13.241,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$12.706,3 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A seguir, apresentamos as movimentações do endividamento financeiro líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	1.536,4	2.206,4
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.535,3	3.255,3
Dívida Bruta	5.071,7	5.461,7
Caixa e equivalentes de caixa	(627,3)	(121,8)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Títulos e valores mobiliários	(1.166,8)	(2.007,1)
Disponibilidades	(1.794,1)	(2.128,9)
Dívida (Caixa) Líquida	3.277,6	3.332,8

Em 31 de dezembro de 2023, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos de ponta passiva registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de ponta ativa registrados no ativo circulante, resultou em uma dívida líquida de R\$3.277,6 milhões, com uma redução de R\$ 55,1 milhões, ou 1,7% se comparado com o mesmo período do último ano, atrelado a queda nos títulos e valores mobiliários do período.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separada em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	12.432,5	13.155,4
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	12.706,3	13.241,4
Capital Total (Terceiros + Próprio)	25.138,7	26.396,8
Capital de Terceiros / Capital Total	49,50%	49,80%
Capital Próprio / Capital Total	50,50%	50,20%

Capital Próprio

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 12.706,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$13.241,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 50,5% em 31 de dezembro de 2023, frente a 50,2% em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 0,4p.p. na comparação entre os anos.

Capital de Terceiros

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes), no montante de R\$ 4.934,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e por demais passivos (relacionados a contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos), no montante de R\$ 7.492,2 milhões, totalizando R\$ 12.426,7 milhões. Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022, houve uma queda de 5,5%, principalmente em consequência do pagamento das debêntures da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos dois exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) em debêntures no ano de 2023 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	1.536,4	2.206,4
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.535,3	3.255,3
Endividamento Bruto	5.071,7	5.461,7
Endividamento Circulante / Total	30,30%	39,30%
Endividamento Não Circulante / Total	69,70%	60,70%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de	
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2023	2022
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Santander S.A	4ª Emissão Debêntures Série Única – 30/08/2018	220	17 de agosto de 2026	CDI + 1,00% a.a. até ago.19 - CDI + 0,80% de ago.21 – CDI + 2,75% até vencimento	173,1	232,0
Vasta Platform Limited	UBS Banco do Brasil	1ª Emissão Debêntures Série Única 10/08/2021	500	05 de agosto de 2024	CDI + 2,30% a.a.	528,0	529,6
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A	1ª Emissão Debêntures Série Única – 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	204,3	202,6
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A	2ª Emissão Debêntures 2ª Série – 15/08/2018	4264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	-	1.827,1
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A	2ª Emissão Debêntures 3ª Série – 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	144,3	137,7
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Bradesco	6ª Emissão Debêntures Série Única - 25/11/2021	500	25 de novembro de 2026	CDI + 2,95% a.a.	503,6	503,8
Cogna Educação S.A	Santander S.A	6ª Emissão Debêntures Série Única - 20/05/2020	500	20 de setembro de 2025	CDI + 2,15% a.a.	514,0	513,9

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A e Santander S.A	7ª Emissão Debêntures 1ª e 2ª Séries – 20/08/2021	900	20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	740,7	742,0
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 1ª Série 02/08/2022	67	13 de julho de 2027	CDI + 1,45% a.a.	69,6	69,1
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 2ª Série 02/08/2022	331	12 de julho de 2029	IPCA + 7,9273% a.a.	350,6	329,9
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 3ª Série 02/08/2022	102	13 de julho de 2032	IPCA + 8,0031% a.a.	107,9	103,3
Cogna Educação S.A	Bradesco	9ª Emissão Debêntures Série Única 27/01/2023	500	20/01/2026	CDI + 2,15% a.a.	529,2	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	10ª Emissão Debêntures 1ª Série 09/08/2023	100	01/08/2025	CDI + 1,90% a.a.	104,8	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	10ª Emissão Debêntures 2ª Série 09/08/2023	400	01/08/2025	CDI + 1,90% a.a.	419,2	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 1ª Série	91	28/12/2023	IPCA + 1,55% a.a.	88,5	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 2ª Série	358	28/12/2023	12,50% Pré-Fixada	345,8	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 3ª Série	51	28/12/2023	IPCA + 6,9165% a.a.	49,2	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

		3ª e 4ª					
		Emissão		CDI +			
Cogna	Banco	Debêntures	1600	15 de agosto de	0,90% a.a.		
Educação S.A	Itau S.A.	1ª e 2ª Séries		2022	e CDI +	-	-
		e Série Única			1,70% a.a.		
		– 15/08/2018					
		Financiamento					
		com a					
Cogna	FINEP	Financiadora	85	15 de outubro de	TJLP +	61,6	-
Educação S.A		de Estudos e		2030	1,254%		
		Projetos					
Mind Makers	BDMG	CAPITAL DE	1	15 de novembro de	TJLP	-	-
		GIRO		2026			
					TOTAL	4.934,5	5.191,2
					Parcela circulante	1.454,8	2.038,3
					Parcela não circulante	3.479,7	3.152,9

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores acreditam que nosso nível de endividamento se mantém em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2023:

1ª Emissão de Debêntures da Saraiva Educação

- Em 27 de agosto de 2018, por meio da Somos Sistemas de Ensino S.A., foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as debêntures foram transferidas para a Controlada EDE.

1ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua Primeira Emissão de Debêntures Simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures possuem prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento do principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

6ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 20 de maio de 2020, a Companhia realizou sua Sexta Emissão de Debêntures Simples, em série única. Foram subscritas 500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 500.000. As debêntures possuem vencimento final em setembro de 2025, sendo que o pagamento do principal ocorrerá somente neste vencimento e os juros devidos, calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro.

7ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 12 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da Sétima Emissão de Debêntures Simples da Companhia, em até 2 (duas) séries, no valor total de até R\$900.000. Com relação ao vencimento das emissões, (i) o prazo das Debêntures da Primeira Série é de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2024, considerando a remuneração de CDI+2,6%; e (ii) o prazo das Debêntures da Segunda Série é de 5 (cinco) anos, contados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2026, considerando a remuneração de CDI+2,95%.

6ª Emissão de Debêntures da Anhanguera Educacional Participações S.A.

- Em 25 de novembro de 2021, a Companhia, por meio de sua Controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$500.000. As debêntures possuem vencimento final em 2026, sendo que o pagamento de principal ocorrerá em duas parcelas, e os juros devidos calculados até a data, são pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

7ª Emissão de Debêntures da Somos Sistemas de Ensino S.A.

- Em 30 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da Controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., no valor de R\$ 500.000. As debêntures possuem vencimento final em 2024, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste vencimento, e os juros devidos calculados até a data, são pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

8ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 01 de agosto de 2022, a Companhia realizou a Oitava Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor total de R\$500.000, sendo a primeira série remunerada pela taxa CDI, e as outras duas séries remuneradas pelo IPCA. A operação foi securitizada através de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI's"). Concomitantemente, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção das flutuações que possam ocorrer nas duas últimas séries, as quais são remuneradas pelo IPCA, convertendo em juros correspondentes a CDI+ 2,10% e CDI + 2.59% a.a., respectivamente.

9ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 27 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a Nona Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500.000, sendo remunerada pela taxa CDI.

10ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 01 de agosto de 2023, a Companhia realizou a Décima Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor total de R\$500.000, sendo remunerada pela taxa CDI + 1,90%. A 1ª série dessa Décima Emissão possui rotulagem ESG de Social Bond, em linha com os *Social Bonds Principles* da ICMA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

11ª Emissão de Debêntures da Companhia

- Em 26 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a Décima Primeira Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor total de R\$500.000. As séries 1, 2 e 3 são remuneradas, respectivamente, pelas taxas de CDI + 1,55%, 12,50% (Pré-Fixada) e IPCA + 6,9165%.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, com o objetivo de proteger sua exposição às variações nas taxas de juros atreladas às debêntures contratadas e atualizadas por IPCA, relacionadas às emissões “COGNA BTG”, 2ª e 3ª séries, e “COGNA 2ª emissão de debêntures”, 3ª série, mencionadas com maior detalhamento no item (i) dessa seção. Esses instrumentos financeiros derivativos estão representados especificamente por contratos de *swap*, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As operações com derivativos possuem as seguintes condições e montantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Consolidado								
Operação de swap	Objetivo do derivativo	Remuneração ativo	Remuneração passivo	Valor nominal (R\$)	Vencimento	Ponta ativa (R\$)	Ponta passiva (R\$)	Ganho (perda) (R\$)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 2ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 7,9273%	CDI + 2,1900%	342.616	16/07/2029	399.385	399.820	(435)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 8,0031%	CDI + 2,5900%	105.579	15/07/2032	128.224	130.503	(2.279)
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 6,7234%	CDI + 2,1000%	134.292	15/08/2025	146.348	144.392	1.956
Total				582.487		673.957	674.715	(758)
Ativo não circulante								1.956
Passivo não circulante								(2.714)
								(758)

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

- iv. *Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições*

Emissões “Cogna”, “EDE” e “AESAPAR” (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela Cognia e pelas Controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do respectivo contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2023.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do Imposto de Renda e Contribuição Social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 1,83, dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação às demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Emissão “Vasta” (cálculo anual)

As debêntures emitidas pela Controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a:

- (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano;
- (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano;
- (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e;
- (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações acima apresentadas, em conjunto com o que foi apresentado nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,43 nos últimos 12 (doze) meses. Esse índice foi superado em 31 de dezembro de 2021, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Líquida

Nossa receita líquida é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde à operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receita do segmento de Ensino à Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento de Educação Básica do Grupo, operado pela Controlada direta Vasta Platform Limited, que possui capital aberto na bolsa americana (NASDAQ). A Vasta oferta um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais, que engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contra turno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços.

Saber: Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos, a exemplo do concurso da OAB, e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a prestação de serviços à Educação Básica Pública B2Gov (Business to Government), com participação no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica, bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização, e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O Imposto de Renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses tributos definidas atualmente são de 25% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2023 c/descontinuada	2023	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	Variação 2023 x 2022 (%)
---	-------------------------	------	-------------------------------	------	-------------------------------	--------------------------------

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida	5.814,8	5.895,5	100,0	5.092,2	100,0	15,8
Kroton	3.640,6	3.640,6	61,8	3.346,7	65,7	8,8
Saber	688,0	768,6	13,0	481,2	9,5	59,7
Vasta	1.486,3	1.486,3	25,2	1.264,3	24,8	17,6
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.109,2)	(2.109,2)	(35,8)	(1.864,9)	(36,6)	13,1
Custo dos Produtos Vendidos	(658,8)	(701,0)	(11,9)	(428,6)	(8,4)	63,6
Custo dos Serviços Vendidos	(1.450,4)	(1.408,2)	(23,9)	(1.436,3)	(28,2)	(2,0)
Lucro Bruto	3.705,6	3.786,3	64,2	3.227,3	63,4	17,3
Despesas Operacionais	(2.973,4)	(3.003,1)	(50,9)	(2.924,0)	(57,4)	2,7
Com Vendas	(703,0)	(703,0)	(11,9)	(548,7)	(10,8)	28,1
Gerais e Administrativas	(1.766,6)	(1.833,5)	(31,1)	(1.709,2)	(33,6)	7,3
Provisão para perda esperada	(446,4)	(448,1)	(7,6)	(435,0)	(8,5)	3,0
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	36,7	0,6	(215,4)	(4,2)	(117,0)
Outras receitas operacionais	35,5	35,5	0,6	14,9	0,3	137,7
Outras despesas operacionais	(74,2)	(74,2)	(1,3)	(28,7)	(0,6)	158,2
Equivalência patrimonial	(18,7)	(16,4)	(0,3)	(1,9)	(0,0)	769,3
Resultado Antes do Resultado Financeiro	732,2	783,2	13,3	303,3	6,0	158,2
Resultado Financeiro	(903,7)	(902,9)	(15,3)	(895,4)	(17,6)	0,8
Receitas Financeiras	388,4	392,4	6,7	548,4	10,8	(28,4)
Despesas Financeiras	(1.292,1)	(1.295,3)	(22,0)	(1.443,8)	(28,4)	(10,3)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(171,6)	(119,7)	(2,0)	(592,1)	(11,6)	(79,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(295,7)	(391,7)	(6,6)	51,1	1,0	(866,1)
Do período	12,2	10,0	0,2	19,7	0,4	(49,2)
Diferidos	(307,9)	(401,7)	(6,8)	31,4	0,6	(1.379,0)
Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas	(467,3)	(511,4)	(8,7)	(541,0)	(10,6)	(5,5)
Resultado das Operações Descontinuadas	(44,0)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(511,4)	(511,4)	(8,7)	(541,0)	(10,6)	(5,5)

(1) Percentual do total da Receita líquida.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita líquida

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2023 c/descontinuada	2023	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	Variação 2023 x 2022 (%)
Receita Bruta	7.624,7	7.713,6	130,8	6.701,6	131,6	15,1
Kroton	5.149,1	5.149,1	87,6	4.776,3	93,8	7,8
Saber	747,4	836,3	14,2	504,3	9,9	65,8
Vasta	1.728,1	1.728,1	29,4	1.421,1	27,9	21,6
Deduções da Receita Bruta	(1.809,9)	(1.818,1)	(30,8)	(1.609,4)	(32,0)	13,0
Kroton	(1.508,6)	(1.508,6)	(25,7)	(1.429,6)	(28,1)	5,5
Saber	(59,5)	(67,7)	(1,0)	(23,1)	(0,3)	158,1
Vasta	(241,8)	(241,8)	(4,1)	(156,8)	(3,1)	54,2
Receita Líquida	5.814,8	5.895,5	100,0	5.092,2	100,0	15,8
Kroton	3.640,6	3.640,6	61,9	3.346,7	65,7	8,8
Saber	688,0	768,6	13,1	481,2	9,5	59,7
Vasta	1.486,3	1.486,3	25,3	1.264,3	24,8	17,6

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

Receita Bruta

- Kroton**

A receita bruta do segmento Kroton no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 5.149,1 milhões comparado a R\$ 4.776,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 7,8%, acompanhando o crescimento de 6,4% na base de alunos em comparação sendo reflexo do trabalho contínuo na melhora da qualidade da nossa captação, evolução dos nossos processos e sistemas

- Saber**

A receita bruta da Saber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 836,3 milhões, comparado a R\$504,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 65,8%, principalmente pelo ganho de *market share* no Programa Nacional de Livro e Material Didático (PNLD).

- Vasta**

A receita bruta da Vasta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.728,1 milhões, comparado a R\$1.421,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com um aumento de 21,6%, com crescimento de 9,0% nos Sistemas de Ensinos Tradicionais e crescimentos importantes nas linhas de Soluções Complementares e nos Produtos de Assinatura de Livros Didáticos, mercados que ainda possuem baixa penetração, indicando oportunidades de crescimento contínuo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 5.092,2 milhões, comparado a R\$ 5.895,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento de 15,8%, decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 701 milhões comparados a R\$ 428,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento de 63,6%, A variação está substancialmente atrelada ao aumento nos custos editoriais.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.408,2 milhões comparados a R\$ 1.436,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 2,0%, e tendo como principais impactos o aumento nas despesas com folha de pagamento e uma menor reversão das contingências assumidas em combinações de negócios.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.786,3 milhões comparado a R\$ 3.227,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com aumento de 17,3% decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para perda esperada (PCLD), no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$ 1.151,1 milhões, comparados a R\$ 983,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com um aumento de 17,0%, impactado pela melhora na adimplência, que refletiu em uma menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ensino superior pagante e nos produtos de parcelamento (PEP/PMT) comparado ao ano de 2022.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.833,5 milhões comparados a R\$ 1.709,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 7,3%.

- **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos**

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificada a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R\$ 215,4 milhões, sendo composta pelas operações de: SETS, no montante de R\$ 120,3 milhões, e Idiomas, no montante de R\$ 95,1 milhões. Adicionalmente, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em virtude da negociação de venda das operações denominadas "SETS", tivemos o estorno do impairment contabilizado no ano de 2022, conforme CPC 01, utilizamos o valor de venda, diluído o saldo de seus custos, o qual totalizou em um ganho de R\$ 36,7 milhões.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 obteve despesa de R\$ 35,5 milhões comparado a de R\$ 14,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, resultando em um aumento de despesa de 137,7% impactado, principalmente, pelo resultado na venda dos ativos imobilizados, incluindo IFRS16.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 392,4 milhões, comparados a R\$ 548,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, redução de 28,4% devido ao menor saldo em caixa em virtude de pagamento de debêntures.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 1.295,3 milhões, comparados a R\$ 1.443,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, redução de 10,3%. devido principalmente às debêntures, que reduziram a curto prazo em 28,9%.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de prejuízo no valor de R\$ 119,7 milhões, comparado a R\$ 592,1 milhões de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A redução do prejuízo entre os períodos está evidenciada pelas informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, obteve uma receita de R\$ 10 milhões, comparado a uma receita de R\$ 19,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, queda de R\$ 9,7 milhões. Esse impacto é principalmente derivado das provisões para contingências tributárias atreladas às recuperações fiscais de tributos. Com relação ao Imposto de Renda e à Contribuição Social diferidos, em 31 de dezembro de 2023, obtivemos um prejuízo de R\$ 401,7 milhões comparado a R\$ 31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Prejuízo do exercício

O prejuízo consolidado do exercício foi de R\$ 511,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a um prejuízo de R\$541,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. As variações decorrem das explicações supracitadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado das Operações descontinuadas

Conforme apresentado na nota explicativa 2.10 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia firmou com o Grupo Editorial Nacional Participações S.A. ("GEN"), por meio de sua Controlada Saber, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual o GEN pactuou a compra da totalidade do capital social da SRV Editora Ltda. (Controlada da Saber após cisão parcial da Saraiva Educação S.A.), a qual deterá, na data de fechamento da transação pactuada, todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica – focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS (Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior), relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional) ("Operação").

A Operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A Operação também inclui a venda da totalidade da participação societária detida pelo Grupo Cogna (20%) na Minha Biblioteca Ltda., Sociedade formada por grupos editoriais para a oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior.

O valor da contraprestação a ser recebida pela Operação será de R\$ 62.500 milhões incontroversamente, e, no atingimento de determinadas métricas pelo negócio vendido, poderá chegar até R\$ 72.500 milhões. O preço da Operação está sujeito, ainda, a ajustes de caixa e correção monetária usuais em operações desta natureza.

Enfatizamos que a conclusão da Operação está sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Com base nas informações acima apresentadas, nos comunicados ao mercado publicados, na alta probabilidade de realização do negócio com o GEN, assim como demais ativos (estoque, adiantamentos e impostos diferidos), e passivos (obrigações trabalhistas), a Companhia reclassificou os saldos constantes de seu Balanço Patrimonial para a rubrica de "ativos mantidos para venda" e "passivos mantidos para venda". Adicionalmente, com relação aos impactos no resultado, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos pertencentes ao negócio de SETS para a rubrica de "resultado das operações descontinuadas", incluindo o resultado comparativo para o ano de 2022, o qual está sendo reapresentado, como orienta a referida norma.

Apresentamos, a seguir, os efeitos decorrentes das reapresentações e divulgações da classificação dos ativos e passivos do negócio de SETS como operação descontinuada, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31 / IFRS 5, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.866	1.194	Obrigações trabalhistas	2.866	1.194
Estoque	17.718	9.122			
Adiantamentos	1.585	1.366			
Total do ativo circulante	22.169	11.682	Total do passivo circulante	2.866	1.194
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.667	5.621			
Investimentos	1.652	600			
Intangível	36.678	-			
Total do ativo não circulante	41.997	6.221	Total do passivo não circulante	-	-
			Total do passivo	2.866	1.194
			Acervo líquido	61.300	16.709
Total do ativo	64.166	17.903	Total do passivo e acervo líquido	64.166	17.903

Demonstrativo de Resultado do Exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	80.690	87.409
Custo das vendas e serviços	(42.170)	(47.732)
Lucro bruto	38.520	39.677
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(9.045)	(12.021)
Despesas gerais e administrativas	(15.719)	(23.468)
Provisão para perda esperada	(1.671)	4.373
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável dos ativos (i)	36.678	(120.296)
Equivalência patrimonial	2.252	2.625
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos	51.015	(109.110)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	4.062	1.507
Despesas financeiras	(3.180)	(4.030)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	882	(2.523)
Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos	51.897	(111.633)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.149)	(1.189)
Diferidos	(93.775)	(165)
	(95.924)	(1.354)
Prejuízo das operações descontinuadas	(44.027)	(112.987)

- (i) Em decorrência da revisão de suas premissas de impairment no modelo de longo prazo dos fluxos de caixa, a Companhia apurou uma perda de valor recuperável de ativos no montante de R\$ 215.434 mil em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 120.296 mil atrelado à Operação de SETS. Durante o exercício de 2023, considerando a Operação SETS, a Companhia reverteu parcialmente o reconhecimento de impairment em R\$ 36.678 mil, considerando o valor justo líquido na venda.

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (i)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliação ao resultado:		
Operações descontinuadas ao resultado	15.219	11.025
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Operações descontinuadas às atividades operacionais	(12.353)	(10.592)
Caixa líquido gerado (aplicado) pela atividade operacional	2.866	433
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.866	433

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2023 x 2022 (%)
(em R\$ milhões)	2023	2022	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(119,7)	(592,1)	(79,8)
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	455,7	458,0	(0,5)
Depreciação IFRS-16	223,8	211,7	5,7
Amortização de intangíveis gerados em combinação de negócios	237,5	260,9	(9,0)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Provisão para perda esperada	456,7	435,0	5,0
Ajuste a valor presente do contas a receber	0,8	(6,6)	(112,7)
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	-	-	-
Reversão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(128,6)	(64,8)	98,5
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(4,4)	(10,2)	(56,3)
Encargos financeiros	1.063,7	1.252,8	(15,1)
Ajuste de preço em contas a pagar por aquisição	59,4	-	-
Outorga de opções de ações	31,5	34,2	(7,8)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	(5,7)	14,1	(140,8)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(36,7)	215,4	(117,0)
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(152,5)	(335,5)	(54,5)
Equivalência patrimonial	16,4	1,9	769,3
Resultado de operações com derivativos	5,2	18,1	(71,2)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) em contas a receber	(536,5)	(451,7)	18,8
(Aumento) em estoques	(67,7)	(106,3)	(5,8)
Redução (aumento) em adiantamentos	(12,9)	31,2	(141,4)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	50,3	(64,0)	(178,6)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	0,9	4,4	(80,3)
(Aumento) redução em outros créditos	13,7	14,0	(2,6)
Aumento (redução) em fornecedores	25,8	15,9	62,6
Aumento em fornecedores risco sacado	275,8	3,3	8.296,9
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	18,5	(0,1)	(22.959,3)
Aumento (redução) em tributos a pagar	(23,0)	(53,2)	(56,9)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(34,1)	16,6	(305,0)
Pagamento de contingencias tributárias, trabalhistas e cíveis	(96,2)	(108,2)	(11,1)
(Redução) nas demais contas a pagar	(31,2)	(34,2)	(8,7)
Caixa gerado pelas operações	1.686,7	1.189,9	41,8
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19,9)	(36,8)	(45,9)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(293,6)	(296,0)	(0,8)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(674,5)	(739,7)	(8,8)
Juros pagos em operações com derivativos	(18,8)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	679,8	117,3	479,3
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimento em títulos e valores mobiliários	998,8	715,9	39,5
Adições ao imobilizado	(121,2)	(148,1)	(18,1)
Adições ao intangível	(335,4)	(293,5)	14,3
Caixa adquirido em combinação de negócio	0,9	0,4	136,9

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa cedido em operação descontinuada	(2,9)	-	-
Aquisição de controladas	(7,4)	29,2	(74,8)
Recebimento pela venda de controladas	12,8	191,1	(93,3)
Recebimento de valores na venda de imóveis	8,4	-	-
Adiantamento e empréstimo a terceiros	(49,3)	-	-
Recebimento de dividendos	1,2	3,2	(62,9)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	505,9	439,8	15,0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recompra de ações em tesouraria	(55,4)	(18,8)	194,0
Aquisições de ações em tesouraria	(0,5)	(3,6)	(85,8)
Recompra de debêntures	(1.006,1)	(377,7)	166,4
Emissão Debêntures	1.500,0	500,0	200,0
Captação de empréstimos e financiamentos	60,9	-	-
Custos de emissão das debêntures	(25,4)	(19,9)	27,6
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(165,4)	(141,0)	17,4
Pagamento de empréstimos e financiamentos, debentures e derivativos	(795,2)	(1.859,5)	(57,2)
Parcelas pagas em aquisição de empresas	(195,9)	(116,3)	68,4
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(683,0)	(2.036,8)	(66,5)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	502,7	(1.479,7)	134,0
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121,8	1.601,5	(92,4)
Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	624,5	121,8	412,8
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	502,7	(1.479,7)	134,0

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

A geração de caixa líquida nas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 562,5 milhões, substancialmente em decorrência do aumento no volume de tributos a recuperar, em comparação ao último ano, no montante de R\$ 114,3 milhões. Esses movimentos foram parcialmente compensados por um menor pagamento de juros de empréstimos e debêntures, no montante de R\$ 65,2 milhões, e redução nos tributos a pagar em comparação ao último ano, com variação total de R\$ 30,3 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou aumento de R\$ 66,1 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 439,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um caixa gerado de R\$ 505,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, substancialmente em decorrência do resgate das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários para quitação das debêntures com vencimento no ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$1.353,8 milhões na comparação entre os anos de 2022 e 2023, principalmente pelas recompras de debêntures, que ocorreram em 2023 (R\$ 1 bilhão), e que suavizaram os efeitos de pagamento das dívidas vencidas no exercício. Esse impacto foi reduzido por novas emissões de debêntures ocorridas em 2023, no montante total de R\$ 1.500 milhões.

(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o aumento em caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 502,7 milhões, frente a uma aplicação de caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.479,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. A variação entre os períodos é explicada pelas informações supracitadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir, apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde à operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino à Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento do Grupo Cogna que atende o mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo. Nesse sentido, ofertamos um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12, que engloba todos os produtos e serviços.

Saber: Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos, a exemplo do concurso da OAB, e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a prestação de serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), com participação no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2.2 Resultados operacional e financeiro

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2023 c/descontinuada	2023	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	Variação 2023 x 2022 (%)
Receita Bruta	7.624,7	7.713,6	130,8	6.701,6	131,6	15,1
Kroton	5.149,1	5.149,1	87,6	4.776,3	93,8	7,8
Saber	747,4	836,3	14,2	504,3	9,9	65,8
Vasta	1.728,1	1.728,1	29,4	1.421,1	27,9	21,6
Deduções da Receita Bruta	(1.809,9)	(1.818,1)	(30,8)	(1.609,4)	(32,0)	13,0
Kroton	(1.508,6)	(1.508,6)	(25,7)	(1.429,6)	(28,1)	5,5
Saber	(59,5)	(67,7)	(1,0)	(23,1)	(0,3)	158,1
Vasta	(241,8)	(241,8)	(4,1)	(156,8)	(3,1)	54,2
Receita Líquida	5.814,8	5.895,5	100,0	5.092,2	100,0	15,8
Kroton	3.640,6	3.640,6	61,9	3.346,7	65,7	8,8
Saber	688,0	768,6	13,1	481,2	9,5	59,7
Vasta	1.486,3	1.486,3	25,3	1.264,3	24,8	17,6

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por alguns fatores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Descrevemos a seguir o principal fator identificado para o exercício:

Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade

A Companhia avalia, no mínimo, anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. O teste de *impairment* compara o fluxo de caixa descontado para um cenário de 8 anos, mais perpetuidade versus o valor do ativo, pois a Companhia entende que esse é o tempo de maturação de uma nova unidade geradora de caixa.

O teste considerou a data base de 30 de junho de 2023 em suas projeções, não ocorrendo uma variação significativa de suas premissas para 31 de dezembro de 2023. A seguir, apresentamos a alocação do ágio e intangíveis por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Kroton (Kroton Med e Kroton Ex-Med)	8.615.736	8.681.844
Vasta (Conteúdos e Digital)	5.139.917	5.295.441
Saber (PNLD e Idiomas)	356.520	355.134
	14.112.173	14.332.419

2.2 Resultados operacional e financeiro

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foi verificada necessidade de reconhecimento de perda nas unidades geradoras de caixa.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

2.2 Resultados operacional e financeiro

Premissa	KROTON		VASTA	SABER	
	Kroton Med	Kroton Ex-Med	Conteúdos e Digital	Idiomas	PNLD
quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,61% (anteriormente apresentado 13,41%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,61% (anteriormente apresentado 13,41%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,19% (anteriormente apresentado 12,10%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,15% (anteriormente apresentado 12,22%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,15% (anteriormente apresentado 12,22%).
	2. Crescimento no ticket médio de calouros alinhado com a expectativa de inflação em todos os anos da projeção. Para os veteranos a projeção apresenta um crescimento de 3% acima da inflação (anteriormente 3%), conforme já praticado.	2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2026 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento de 2% acima da inflação (anteriormente 3%), conforme já praticado.	2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2024 a 2031 de 16% (anteriormente 14%), com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares, B2G, Start e Digital Service.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2024 a 2031 de 20% (anteriormente 11%), principalmente pelo aumento dos alunos em English Solution (B2B), Escolas de Rua (B2C), Wings (B2G) e Escolas Bilíngues.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2024 a 2031 de 12% (anteriormente 3%) seguindo a sazonalidade do produto.
	3. Crescimento na Receita Líquida com CAGR de 7% entre 2024 e 2031 (anteriormente 8%). Já para o	3. Crescimento na captação com CAGR de 8% entre 2024 e 2031 (anteriormente 9%), e no EBITDA Ajustado com	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2024 a 2031 de 23% (anteriormente 21%), e aumento de margem EBITDA.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2024 a 2031 de 29% (anteriormente 17%), com	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2024 a 2031 de 10% (anteriormente 6%), com mudança de mix de

2.2 Resultados operacional e financeiro

EBITDA Ajustado há um CAGR de 12% entre 2024 e
crescimento com CAGR de 2031 (anteriormente 16%).
9% entre 2024 e 2031
(anteriormente 10%)

ganho de eficiência devido a produtos, e o ciclo do
escalabilidade do negócio. PNLD.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- (b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores entendem que o principal fator de impacto nas receitas decorre da inflação. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99).

Mitigamos também a influência da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no mix de cursos no Ensino Superior, que possuem tickets médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não consigamos mitigar o aumento do preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

- (c) impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia quando relevante

Os Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

Apresentamos abaixo as principais premissas identificadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	2,9	2,9
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	-3,2	5,5
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	4,6	5,8
CDI (em %) ⁽⁴⁾	13,0	12,4
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	7,0	6,8
Taxa SELIC (em %)	13,1	13,7
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	7,2	6,9
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	4,8	5,2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

2.2 Resultados operacional e financeiro

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022., e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

- ***Inflação e Preço de Insumos***

Como mencionado no item (i) dessa seção, entendemos que o principal fator de impacto em nossos resultados é a inflação, já que influencia diretamente em nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA.

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, a qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo a convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos, no caso de nossos empregados, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas para o exercício de 2023 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os Diretores entendem que estamos expostos a possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais, potenciais variações incorridas tiveram um efeito imaterial no resultado financeiro, em função do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode afetar a renda destinada por ele à educação e, consequentemente, as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Este indexador apresentou um aumento em 2023 e, sendo assim, nosso resultado financeiro líquido obteve um aumento quando comparado a 31 de dezembro de 2022, em decorrência de um maior juro provisionado no período e pela captação ocorrida no ano.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente à moeda estrangeira.

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que a maior parte dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as

2.2 Resultados operacional e financeiro

mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2023, contatou-se uma queda no nível de desemprego, encerrando o período em 7,8%, impactando 8,5 milhões de brasileiros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que não houve mudanças nas práticas contábeis que afetem significativamente as informações presentes nos itens 2.1 e 2.2 desse Formulário de Referência. Adicionalmente, temos novas normas, alterações e interpretações emitidas, as quais destacamos a seguir:

Alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB promoveu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, por meio do qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade na divulgação de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas por políticas contábeis materiais e adicionar guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo Cogna, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens das suas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 23 / IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB promoveu alterações no IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), por meio do qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cogna.

Alterações ao CPC 32 / IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos de uma simples transação

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cogna.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente, CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes.

Este pronunciamento se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como os de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo também se aplicarão.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cogna.

As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas 2.15 e 20, o Grupo Cogna tem um empréstimo bancário e debêntures com garantia que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos pode exigir que o Grupo Cogna liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais.

A Administração avalia os possíveis impactos, sendo que, até o momento, não houve indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação adicional.

Alterações do IFRS 16 – Arrendamentos

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*sale and leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso por ele retido. As alterações entram em vigor em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluímos que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

CPC 26 / IAS 1 e CPC 40 / IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado).

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado"), que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Administração avalia os possíveis impactos, sendo que, até o momento, não houve indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação adicional.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que não houve ênfase apresentada no parecer do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.4 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, é importante mencionar que a Companhia decidiu por unificar alguns de seus segmentos operacionais durante o ano de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. Considerando a unificação dos segmentos, passamos a possuir apenas 3 segmentos, que consideramos: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Assim sendo, a estrutura de segmentação da Companhia ficou definida conforme descrito abaixo:

- (i) **Kroton:** Considera a vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD), e a vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, que oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e EAD. Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos estão totalmente compartilhados, considerando que, mesmo para os cursos presenciais, há mais de 30% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade à distância, além disso, as unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilham os gestores e times administrativos;
- (ii) **Vasta:** Composto pela vertical que atende ao mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo;
- (iii) **Saber:** Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos, a exemplo do concurso da OAB, e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a prestação de serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), com participação no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Aquisições realizadas no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2023

A Companhia, através de sua Controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A. ("Somos"), realizou a aquisição de 51% da participação societária da Escola Start Ltda., ("Anglo Start"), em 03 de março de 2023. A Anglo Start é uma Sociedade que se dedica à prestação de serviços de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, na modalidade bilíngue, e cursos preparatórios para vestibular, incluindo o comércio de livros, material didático, uniformes escolares e artigos de papelaria. O valor total da operação foi de R\$ 4.414, sendo: (i) R\$ 2.806 referente ao preço de aquisição de 51% da participação societária no Anglo Start, e (ii) R\$ 1.608 referente ao valor justo da opção de compra da participação dos não controladores, referente aos 49% do capital social remanescente, a ser exercida em 2028. O preço de aquisição foi pago em duas parcelas, sendo uma parcela fixa de R\$ 4.100 à vista, na data da aquisição, e uma parcela variável de R\$ 314, sujeita a reajuste de preço em função do cálculo de indicadores financeiros de receita líquida, endividamento e caixa, como definido no respectivo Contrato, apurados e corrigidos em 100% do CDI. A parcela variável foi paga em 18 de agosto de 2023.

A Companhia, através de sua Controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE"), realizou a aquisição de 100% da participação no capital social do Centro Avançado de Ensino Ltda. ("CadE"), em 18 de agosto de 2023. O CadE é uma Sociedade que atua no mercado de Educação Básica – de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na forma presencial e na modalidade à distância. O valor total da operação foi de R\$ 9.451, sendo: (i) R\$ 3.257 à vista, na data da aquisição; (ii) R\$ 1.000 em duas parcelas anuais de mesmo valor; e (iii) uma parcela variável, no valor de R\$ 5.194, que será paga entre 2025 e 2028, sendo calculada conforme o número de alunos do CadE que concluírem o Ensino Fundamental ou Médio na modalidade de EJA entre 1º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2026 nas unidades em que houver polo autorizado e/ou credenciado pela Sociedade. As parcelas são corrigidas pelo IPCA.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessas aquisições:

	Consolidado		
	Escola Start	CadE	Total
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	888	10	898
Contas a receber	986	276	1.262
Estoques	349	-	349
Adiantamentos	62	-	62
Tributos a recuperar	127	-	127
Outros créditos	37	-	37
Total ativo circulante	2.449	286	2.735
Ativo não circulante			
Contas a receber	-	77	77

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Imobilizado	796	-	796
Intangíveis	3.667	9.303	12.970
<i>Carteira de Clientes (i)</i>	1.844	-	1.844
<i>Marca (ii)</i>	1.823	-	1.823
<i>Licença MEC (iii)</i>	-	9.303	9.303
Total ativo não circulante	4.463	9.380	13.843
Total do ativo	6.912	9.666	16.578
Passivo circulante			
Fornecedores	299	-	299
Obrigações trabalhistas	477	62	539
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.794	-	1.794
Tributos a pagar	106	-	106
Adiantamentos de clientes	2.766	-	2.766
Demais contas a pagar	58	-	58
Total passivo circulante	5.500	62	5.562
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	153	153
Demais contas a pagar	109	-	109
Total passivo circulante	109	153	262
Total do passivo	5.609	215	5.824
Total dos ativos identificáveis, líquido (A)	1.303	9.451	10.754

Metodologia de mensuração do valor justo:

(i) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R\$ 1.844 na carteira de clientes com base na expectativa de recebíveis em torno de 8% ao ano.

(ii) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R\$ 1.823 em marcas registradas, durante sua vida útil estimada de 13 anos.

(iii) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R\$ 9.303 em licenças MEC com base na avaliação 3 foi feita pelo método With and Without, considerando uma taxa de desconto de 18,5%.

(c) eventos ou operações não usuais

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Conforme apresentado na nota explicativa 2.10 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia firmou com o Grupo Editorial Nacional Participações S.A ("GEN"), por meio de sua Controlada Saber, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual o GEN pactuou a compra da totalidade do capital social da SRV Editora Ltda. (Controlada da Saber após cisão parcial da Saraiva Educação S.A.), a qual

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

deterá, na data de fechamento da transação pactuada, todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica – focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS (Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior), relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional) (“Operação”).

A Operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A Operação também inclui a venda da totalidade da participação societária detida pelo Grupo Cogna (20%) na Minha Biblioteca Ltda., Sociedade formada por grupos editoriais para oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior.

O valor da contraprestação a ser recebida pela Operação será de R\$ 62.500 milhões, e, no atingimento de determinadas métricas pelo negócio vendido, poderá chegar até R\$ 72.500 milhões. O preço da Operação está sujeito, ainda, a ajustes de caixa e correção monetária usuais em operações desta natureza.

A conclusão da Operação está sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Com base nas informações acima apresentadas, nos comunicados ao mercado publicados, na alta probabilidade de realização do negócio com o GEN, assim como demais ativos (estoque, adiantamentos e impostos diferidos), e passivos (obrigações trabalhistas), a Companhia reclassificou os saldos constantes do seu Balanço Patrimonial para a rubrica de “ativos mantidos para venda” e “passivos mantidos para venda”. Adicionalmente, com relação aos impactos no resultado, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos pertencentes ao negócio de SETS para a rubrica de “resultado das operações descontinuadas”, incluindo o resultado comparativo para o ano de 2022, o qual está sendo reapresentado, como orienta a referida norma.

Apresentamos a seguir os efeitos decorrentes das reapresentações e divulgações da classificação dos ativos e passivos do negócio de SETS como operação descontinuada, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 31/ IFRS 5, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Balanco Patrimonial

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.866	1.194	Obrigações trabalhistas	2.866	1.194
Estoques	17.718	9.122			
Adiantamentos	1.585	1.366			
Total do ativo circulante	22.169	11.682	Total do passivo circulante	2.866	1.194
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.667	5.621			
Investimentos	1.652	600			
Intangível	36.678	-			
Total do ativo não circulante	41.997	6.221	Total do passivo não circulante	-	-
			Total do passivo	2.866	1.194
			Acervo líquido	61.300	16.709
Total do ativo	64.166	17.903	Total do passivo e acervo líquido	64.166	17.903

Demonstrativo de Resultado do Exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	80.690	87.409
Custo das vendas e serviços	(42.170)	(47.732)
Lucro bruto	38.520	39.677
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(9.045)	(12.021)
Despesas gerais e administrativas	(15.719)	(23.468)
Provisão para perda esperada	(1.671)	4.373
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável dos ativos (i)	36.678	(120.296)
Equivalência patrimonial	2.252	2.625
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos	51.015	(109.110)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	4.062	1.507
Despesas financeiras	(3.180)	(4.030)
	882	(2.523)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos	51.897	(111.633)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.149)	(1.189)
Diferidos	(93.775)	(165)
	(95.924)	(1.354)
Prejuízo das operações descontinuadas	(44.027)	(112.987)

⁽ⁱ⁾ Em decorrência da revisão de suas premissas de impairment no modelo de longo prazo dos fluxos de caixa, a Companhia apurou uma perda de valor recuperável de ativos no montante de R\$ 120.296 mil na unidade geradora de caixa SETS. Durante o exercício de 2023, considerando o valor justo, líquido das despesas de vendas apurado na Operação, a Companhia reverteu parcialmente o reconhecimento de impairment em R\$ 36.678 mil registrados sobre os intangíveis gerados em combinação de negócios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

<u>Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (i)</u>		
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliação ao resultado:		
Operações descontinuadas ao resultado	15.219	11.025
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Operações descontinuadas às atividades operacionais	(12.353)	(10.592)
Caixa líquido gerado (aplicado) pela atividade operacional	2.866	433
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.866	433

⁽ⁱⁱ⁾ Os saldos aqui apresentados estão sendo considerados integralmente às movimentações ocorridas nos demonstrativos dos fluxos de caixa.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis

EBITDA – *Earnings Before interest, taxes, depreciation and amortization*, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro líquido, do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro e das depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil calculado por meio da exclusão das receitas, custos ou despesas que a Companhia julga não serem potenciais geradores de caixa, sendo tais impactos não usuais ao resultado. Estes valores são compostos substancialmente pelos resultados advindos das empresas adquiridas, dos projetos de integração e planos de trabalho, e dos custos para desmobilização de unidades. Adicionalmente, a Companhia realiza a adição dos juros sobre mensalidades pagas em atraso, ao cálculo do EBITDA, visto que tal operação tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro. A margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são: (i) medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza a Resolução CVM 156 como base para o cálculo, que versa sobre essa medida.

Apresentamos abaixo o valor do EBITDA e do EBITDA Ajustado, bem como da margem EBITDA e da margem EBITDA Ajustado:

	Exercício social encerrado em	
(Em milhões de reais, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA	1.688,2	1.227,7
EBITDA Ajustado	1.794,1	1.590,2
Margem EBITDA	28,6%	24,1%

2.5 Medições não contábeis

Margem EBITDA Ajustado	30,4%	31,2%
------------------------	-------	-------

- (b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Apresentamos abaixo o nosso EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Exercício social encerrado em	
(Em milhões de reais)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	(511,4)	(541,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social	391,7	(51,1)
(+) Resultado financeiro	902,9	895,4
(+) Depreciação e amortização de Intangíveis	905	924,2
EBITDA	1.688,2	1.227,7
Amortização Mais Valia Educabank	1,2	-
Juros sobre mensalidades ⁽ⁱ⁾	102,4	92,0
Outros ajustes	2,4	270,5
Rescisões ⁽ⁱⁱ⁾	54,2	60,4
Reestruturação de Unidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0	19,0
Custos de M&A e Expansão ^(iv)	118,6	17,6
Campus do Futuro	6,0	0,0
Outros projetos ^(v)	(45,7)	238,6
Ganho de Capital – venda de sociedades controladas ^(vi)	0,0	0,0
Provisões/Reversões de Contingências	(130,8)	(65,2)
EBITDA Ajustado	1.794,1	1.590,2

⁽ⁱ⁾ Para fins gerenciais a Companhia adiciona, ao EBITDA Ajustado, os juros sobre mensalidades dos alunos, visto que tais cobranças tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro.

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde aos efeitos de rescisões resultantes das aquisições de novas empresas, e da redução de carga horária dos professores, fruto das iniciativas para aumento de eficiência.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Corresponde a readequação do ensino superior da Companhia com o crescimento da Kroton Digital e turnaround da Kroton Campus.

^(iv) Corresponde aos custos decorrentes das aquisições e/ou integrações de empresas, além dos envolvidos em projetos de expansão.

^(v) Corresponde ao reconhecimento de reversão de impairment das mais valias, em decorrência da operação de venda da UGC Sets, e atualização do valor justo líquido de vendas, além de baixas de ativo imobilizado e arrendamento mercantil de imóveis devolvidos.

^(vi) Corresponde ao ganho obtido na venda da participação na empresa SOE Operações Escolares S.A. e de suas controladas, durante o ano de 2021.

2.5 Medições não contábeis

Apresentamos a seguir a margem EBITDA e margem EBITDA ajustado que são resultantes, respectivamente, da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida.

(Em milhões de reais)	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	5.895,5	5.092,2
Margem EBITDA	28,6%	24,1%
Margem EBITDA Ajustado	30,4%	31,2%

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida (Caixa) Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e visa demonstrar o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante). Na gestão dos negócios da Companhia, a dívida líquida (ativos financeiros líquidos) é uma medida utilizada para avaliar nossa posição financeira.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da dívida líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	1.536,4	2.206,4
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.535,3	3.255,3
Dívida Bruta	5.071,7	5.461,7
Caixa e equivalentes de caixa	(627,3)	(121,8)
Títulos e valores mobiliários	(1.166,8)	(2.007,1)
Disponibilidades	(1.794,1)	(2.128,9)
Dívida (Caixa) Líquida	3.277,6	3.332,8

- (c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das

2.5 Medições não contábeis

alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como ferramentas significativas para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas utilizadas pelo mercado para efeito comparativo com outras instituições do setor educacional, apesar de outras empresas poderem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente daquela que apresentamos.

No entanto, uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Sem prejuízo do acima exposto, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro.

Conforme a Resolução CVM 156, a Companhia pode divulgar o EBITDA Ajustado, excluindo itens que contribuam para a potencial geração bruta de caixa. Neste sentido, a Companhia entende apropriada a apresentação deste indicador por permitir melhor compreensão dos números financeiros, visto que o EBITDA Ajustado desconsidera os eventos que a Companhia entende não serem potenciais geradores de caixa.

Com relação às margens EBITDA e EBITDA Ajustado, acreditamos que sua apresentação possibilita demonstrar a efetiva geração de resultados da Companhia, considerando como base a receita líquida gerada pelos nossos negócios. Tal indicador permite uma visão clara da lucratividade operacional da Companhia, desconsiderando os custos e despesas necessários à operação, possibilitando melhoria demonstração da eficiência de gestão do nosso negócio, e sendo de grande importância na tomada de decisão pela Administração.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação da sua posição financeira e do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Acreditamos que essa medida funciona como uma ferramenta importante para acompanhar e comparar periodicamente a posição financeira da Companhia, bem como para fundamentar determinadas decisões gerenciais.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Apresentamos abaixo os eventos subsequentes às nossas informações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 20 de março de 2024.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 30 de janeiro de 2024, a Companhia firmou com o Grupo Editorial Nacional Participações S.A. ("GEN"), por meio de sua Controlada Saber, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual pactuou a compra da totalidade do capital social da SRV Editora Ltda. (Controlada da Saber após cisão parcial da Saraiva Educação S.A.), a qual deterá, na data de fechamento da transação pactuada, todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica – focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS, relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional) ("Operação").

A Operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A Operação também inclui a venda da totalidade da participação societária detida pelo Grupo Cogna (20%) na Minha Biblioteca Ltda., Sociedade formada por grupos editoriais para oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior.

O preço total incondicional da Operação é de R\$ 62.500 e, no atingimento de determinadas métricas pelo negócio vendido, poderá chegar até R\$ 72.500. O preço da Operação está sujeito, ainda, a ajustes de caixa e correção monetária usuais em operações desta natureza.

Enfatizamos que a conclusão da Operação está sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Política de destinação dos resultados

	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com nosso Estatuto Social, devemos deduzir dos resultados do exercício social os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais. Após tais deduções e antes de qualquer outra destinação, 5% do lucro líquido remanescente deverá ser destinado à constituição de reserva legal, limitados a 20% do nosso capital social.</p> <p>Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, que não excederá o valor do capital social, em importância não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido de cada exercício social.</p>
a.i Valores das Retenções de Lucros	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos em virtude do prejuízo no exercício.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos em virtude do prejuízo no exercício.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.</p> <p>A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório, exige a aprovação, por maioria de votos, dos acionistas titulares das ações com direito a voto, em circulação, da Companhia. No entanto, nos termos do artigo 202, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendo não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a nossa situação financeira. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e os Administradores deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral, a exposição da justificativa de tal informação. Dentro do contexto do nosso planejamento tributário, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés do pagamento de alguns ou todos os dividendos anuais.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023
	<p>Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento, ressalvando-se que, nos termos do artigo 30, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não farão jus a dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual os valores dos dividendos ou juros sobre o capital próprio não reclamados serão revertidos em nosso favor. Ressaltamos, ainda, que o nosso Estatuto Social estabelece a prerrogativa da distribuição de dividendos intermediários, cujas características serão ilustradas no item 2.7 (c) abaixo, deste Formulário de Referência.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do nosso Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de nosso capital.</p>
(d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de financiar a expansão de atividades e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimento. O saldo desta reserva, somado</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023
	<p>aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A legislação pertinente prevê, ainda, que parcela do lucro, mediante proposta realizada pelos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas de contingências ou poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado. A Lei das Sociedades por Ações também permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a Assembleia Geral aprove a recomendação dos órgãos da Administração no sentido de que a distribuição seria incompatível com a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da Administração. Nessa hipótese, a Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral, a justificativa da suspensão. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia assim o permita.</p>
(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>Nossa política de destinação de resultados foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 23 de março de 2022, e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a despesa da Companhia com a locação dos imóveis, incluindo despesas com condomínio utilizados em nossa operação, foi da ordem de R\$ 511,6 milhões.

Dada a adoção ao IFRS 16 durante o ano de 2019, a Companhia informa que não possui arrendamentos mercantis operacionais que não apareçam no balanço patrimonial, exceto por aqueles fora do escopo da nova norma, os quais são relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, que totalizaram, para o período, o montante de R\$ 29.637 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 20 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv. contratos de construção não terminada

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que a Companhia não detém outros itens que não estejam registrados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

- Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Com a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16), a partir de 01 de janeiro de 2019, temos impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais mantiveram o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

- (b) Natureza e o propósito da operação

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós-graduação), além das escolas de idiomas. Após a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16), em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passaram a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permaneceram sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 2.8 (a), visto que a norma contábil do CPC 06 / IFRS 16 não se aplica a tais compromissos. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

- (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$29.637 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 20 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2.10 Planos de negócios

2.10 Plano de Negócios

(a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que a Companhia está investindo, atualmente, no Programa de Transformação Cogna (PTC), que representa um conjunto de soluções digitais com foco na vida acadêmica e financeira do aluno e no desenvolvimento de novos produtos voltados à inovação. Adicionalmente, em nossa unidade de negócio Kroton Med, estamos realizando a construção de uma nova unidade de cursos presenciais na Cidade de Ponta Porã, com foco exclusivo nos cursos de medicina. E com o avanço do Programa Mais Médicos, fizemos investimentos no curso de medicina em outras unidades operacionais do Grupo.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia têm sido: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Como empresa líder no setor, reconhecemos o papel crucial que desempenhamos na formação de profissionais capacitados e cidadãos críticos, que estejam preparados para enfrentar os desafios da agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG) – que tendem a se tornar cada vez mais prioritários para nosso desenvolvimento enquanto sociedade. Esse papel está alinhado com o nosso propósito enquanto Companhia, de “impulsionar as pessoas a construírem uma melhor versão de si” e perpassa por nosso comprometimento em impactar positivamente a sociedade e o planeta, promovendo o conhecimento socioambiental, enquanto o realizamos.

Desde 2021, integramos os aspectos ASG (que contempla também nosso Impacto Social) como direcionadores estratégicos da nossa Companhia – fato que demonstra o avanço da maturidade organizacional da agenda de Sustentabilidade. Como direcionador estratégico, esses aspectos estão presentes transversalmente em nossos negócios – em nossa gestão e em nossos produtos e serviços educacionais.

Na educação básica, nossas soluções da SOMOS, como o “STEM Connect – Discovery Education” e “O Líder em Mim” oferecem uma abordagem interdisciplinar que desafia os estudantes a resolverem problemas reais, incentivando o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração – como desenvolvimento das habilidades socioemocionais – além de abordarem temas ligados à cidadania de maneira abrangente. Além disso, as atividades também se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Adicionalmente, atendendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), todos os materiais também contam com conteúdos relacionados a meio ambiente e educação ambiental nas disciplinas de todos os anos escolares.

Em relação à educação superior, a Cogna inclui os aspectos ASG transversalmente em seu tripé de ensino, pesquisa e extensão.

No ensino, atuamos pela oferta de uma gama de cursos de graduação e pós-graduação que amparam a Sustentabilidade – buscando o desenvolvimento de alunos conscientes e preparados. Adicionalmente, desde 2019 contamos com uma intervenção social em todos os nossos cursos de graduação, a disciplina chamada Sociedade Brasileira e Cidadania – que promove ações de voluntariado, contribuindo para o desenvolvimento

2.10 Planos de negócios

local, ao mesmo tempo que habilidades socioemocionais de nossos alunos são trabalhadas.

Na frente de pesquisa, investimos especialmente nas áreas de ciências ambientais, saúde, meio ambiente e desenvolvimento regional. No atual contexto de desgaste dos ecossistemas (bem como a perda da biodiversidade, e mudanças climáticas que ameaçam a vida humana e a de milhares de outras espécies no planeta), a pesquisa científica, e seu fomento, desempenham um papel crucial na busca por soluções sustentáveis e novas formas de vivermos em sociedade. Nossos Programas atuam em consonância com o desenvolvimento regional, seja na geração de conhecimento local, como na busca pela melhoria da qualidade de vida do entorno. Como destaque, o Programa de Mestrado em Ciências Ambientais participa desde 2021, do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal, e o Programa de Mestrado e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Uniderp atua com ênfase em projetos relacionados a conservação e proteção do Cerrado e do Pantanal.

Na frente de extensão, após a curricularização das atividades – que passou a ser obrigatória dentro da carga horária dos cursos de graduação -, alinhamos os projetos a serem realizados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU. Essa prática tem como foco incentivar que os alunos se dediquem a ações de impacto positivo, com o desenvolvimento de consciência global, para atuar localmente em suas comunidades.

Por fim, como parte de nossa estratégia, estamos constantemente buscando novas oportunidades relacionadas aos aspectos ASG – seja de cursos, publicações, ou até mesmo novos produtos e serviços.

Desde 2022, enquanto organização ambidestra - aquela que ao mesmo tempo é capaz de pensar e entregar valor no negócio principal (*business as usual*) e que consegue desenvolver novas frentes de crescimento por meio de teses - buscamos criar o futuro da educação, com foco em potencializar os impactos positivos e mitigar os negativos, sempre considerando as demandas da sociedade e avaliando os aspectos ASG. Estamos comprometidos em liderar pelo exemplo, demonstrando como uma empresa no setor da educação pode desempenhar um papel significativo na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo para todos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influência relevante.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração em 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Kroton e suas subsidiárias, de forma a implantar na Companhia processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Política de Gestão de Riscos está passando pelo processo de revisão em 2024 e será submetida à aprovação do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A metodologia estabelecida pela Política de Gestão de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework*) e ISO31000/2018, e passou por processo de benchmarking junto à empresa "Big Four", que validou a estratégia adotada pela Companhia.

- b. Objetivos e Estratégias da política de gerenciamento de riscos

- i) Riscos para os quais se busca proteção

Nós estamos expostos aos riscos gerais de mercado e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Entre estes riscos estão (i) a inflação que pode afetar nossa estrutura de custos (preço de insumos para educação básica, aluguel de imóveis e salário de professores), (ii) as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o nosso ativo e passivo; e (iii) a perda de poder de compra do consumidor, que pode afetar nossos níveis de inadimplência, evasão e captação de novos alunos para o ensino superior. Não possuímos exposição cambial, já que nossas receitas e nossos custos diretos não são atreladas a moedas estrangeiras, bem como não contraímos dívidas em moeda estrangeira.

Em relação à inflação, nós temos conseguido administrar tais riscos com o reajuste anual médio de nossas mensalidades em linha com a inflação dos nossos principais custos, bem como do preço das coleções de educação básica.

Adicionalmente, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ainda, restringimos nossa exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando nossos investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

- ii) Instrumentos utilizados para a proteção

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

iii) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

À luz dos riscos de mercado enfrentados pela Companhia (principalmente endividamento e investimento), os critérios e riscos são analisados pela Diretoria Financeira e CFO e posteriormente apresentados e validados formalmente junto ao Comitê Financeiro e de M&A.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Entendemos que nossa estrutura operacional é adequada e coerente com nossas diretrizes estratégicas e com o nosso perfil de risco do negócio no que se refere aos riscos de mercado estabelecidos no item 4.3.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

- (a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações financeiras e objetivam: a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registre as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)); e c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos sobre as demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

- (b) as estruturas organizacionais envolvidas

As práticas e controles adotados são gerenciados em conjuntos pelas áreas de Controles Internos, Auditoria Interna, Compliance, Contabilidade e Controladoria. A Diretoria de Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidas pela Companhia. A Diretoria de Compliance é responsável por auxiliar a estabelecer e avaliar a aderência das áreas de negócio aos procedimentos definidos, com o objetivo de transparecer confiança nas informações contábeis registradas e apresentadas. A Diretoria de Compliance possui reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco independente e administrativo ao Vice-Presidente Financeiro da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Risco tem o papel de fiscalizar a eficácia dos controles internos e é informado pela Diretoria de Compliance sobre o plano de auditoria (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

- (c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria (interna e externa) são consolidados pela Diretoria de Compliance e apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, responsável pela supervisão do processo como um todo.

- (d) **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro do exercício da atividade de auditoria independente**

Utilizamos as recomendações dos auditores independentes para elaboração dos planos de ação necessários para resolução das deficiências de controle identificadas.

Relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossos auditores destacaram as seguintes fragilidades no ambiente de controles:

- **Assuntos relacionados ao ambiente de controles gerais de TI:** diversos sistemas de TI relevantes que geram informações e relatórios para a execução dos controles internos manuais, para os quais não foram identificados controles formais desenhados na matriz de risco da Companhia; Durante a avaliação dos usuários com acessos privilegiados no sistema SAP identificamos 55 (cinquenta e cinco) usuários da área de negócios com acesso à SR 24 (Access to release, move, and copy transports); Identificamos que houve duas aberturas do mandante client 400 (produtivo) do sistema durante o período avaliado de 2023, com registro de chamado; no entanto, sem formalização das atividades executadas no período e não identificamos evidências de aprovação para as aberturas do mandante, que ocorreram em 21/01/2023 e 15/05/2023; Durante a avaliação da gestão de acessos, observamos que as permissões de acesso lógico (novas ou modificadas) são concedidas a usuários e contas (incluindo contas compartilhadas ou genéricas) que são inadequadas, ou seja, não autorizadas ou não proporcionais às responsabilidades do trabalho do usuário. (Vasta | SOMOS e Cogna).
 - **Ausência de controles formais no processo de lançamentos contábeis manuais implementados ao longo do exercício:** ausência de controles formais ao longo do exercício de 2023. Observamos que foi implementado um processo em dezembro, onde os lançamentos manuais passam por um fluxo de aprovação no sistema antes de ser registrado nos balancetes, porém: i) como foi implementado em dezembro não foi possível aplicar o processo ao longo de todos os exercícios; e ii) não observamos controles formais em que as documentações suportes para os lançamentos manuais tenham sido disponibilizadas para os aprovadores antes da aprovação do lançamento no sistema. (Vasta | SOMOS e Cogna).
 - **Ausência de controles formais no processo de consolidação e preparação e revisão das demonstrações financeiras:** Atualmente, o processo de consolidação das informações contábeis é efetuado de forma automatizada por meio do aplicativo Hyperion, no sistema Oracle EBS. Porém, durante nossas análises, identificamos que a Vasta não possui suas principais rotinas operacionais e de revisão dos processos de consolidação e fechamento contábil, incluindo a revisão das reconciliações contábeis, devidamente formalizadas em seus processos de controle interno (Vasta | SOMOS).
- (e) **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Assuntos relacionados ao ambiente de controles gerais de TI:

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia está trabalhando em ações corretivas e no aprimoramento dos controles relacionados à gestão dos acessos ao Oracle EBS, com prazo de conclusão ainda para o primeiro semestre de 2024.

Quanto a situação observada destacamos que:

- Quanto a concessão de novos acessos e revisão de acessos:

A solicitação de acesso e as permissões são concedidas pelo gestor do módulo do sistema.

- Quanto a transferência de acessos e matriz de SOD:

Essas ações não são previstas nos processos. Assim sendo, não executamos transferência de acesso e sim, novas concessões quando solicitadas pelo gestor de negócio.

Quando ao acesso lógico para a implementação de mudanças possuímos os controles adequados, sejam eles RDM, segregação de ambientes, gestão de usuários e usuários privilegiados.

As revogações de acesso aos sistemas são integradas ao servidor autenticação (AD), e essa revogação ocorre no sistema TOTVS RM com o preenchimento da data de desligamento do colaborador.

Ausência de controles formais no processo de lançamentos contábeis manuais implementados ao longo do exercício:

A Companhia realizou o aprimoramento no desenho dos controles relacionados ao processo de lançamentos manuais, incluindo a rotina de validação formal dos usuários com acesso à realização dessas atividades. Adicionalmente, em novembro de 2023, foi implementado um workflow para revisão e aprovação de todos os lançamentos manuais do EBS Oracle, sendo necessária a apresentação de documentação suporte. A melhoria no desenho desses controles inclui o aprimoramento constante em relação a completude dos documentos comprobatórios que suportam os lançamentos manuais.

Ausência de controles formais no processo de consolidação e preparação e revisão das demonstrações financeiras:

Ao longo do último exercício a Companhia realizou diversas melhorias em seus processos internos de forma a conciliar e revisar os dados divulgados nas Demonstrações Financeiras. Foi implementado um workflow de aprovações para lançamentos manuais, no qual todo lançamento passa por uma aprovação prévia do gestor, gerencia e/ou diretoria, conforme o montante envolvido. Adicionalmente, foram criados checklists de montagem e revisão das conciliações contábeis, em conjunto ao processo de elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras. Abaixo comentamos cada item mencionado:

Controles não efetivos sobre o processo de reconciliações contábeis:

Os processos de revisão das reconciliações contábeis foram inteiramente revisitados e atualizados ao longo do último ano, com a inclusão de checklists de montagem e revisão das conciliações. A companhia revisou suas políticas, incluiu tópicos de fechamento contábil que formalizou os procedimentos de identificação e correção de gaps, além de atualizar sua política de materialidade. Tudo isso corrobora para garantir que existem controles, os quais não estavam efetivos à época do teste de auditoria, e vem sendo aprimorados desde então.

5.2 Descrição dos controles internos

Divulgações não efetuadas, e ausência de formalização apropriada dos procedimentos efetuados pelo revisor:

A companhia implementou um checklist de revisão das demonstrações contábeis, que inclui toda a rotina de elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras. Esse checklist possui uma versão destinada apenas aos usuários que são responsáveis pela montagem, e outro destinado apenas aos revisores. Esse checklist é trimestralmente revisado e aprimorado, caso necessário. Tal procedimento será mais bem descrito no desenho de controles da matriz de risco.

Ausência de controles desenhados na matriz:

Os controles sinalizados como ausentes foram incorporados à matriz de controles internos e entram no fluxo de monitoramento e rotina de testes periódicos. Adicionalmente, em relação aos controles já existentes, foram incluídas etapas de comprovação quanto à integridade dos relatórios utilizados para a performance dos controles (IPE), assim como a melhoria na descrição dos procedimentos efetuados pelo revisor de cada controle chave estabelecido como *review control*.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

As regras sobre práticas envolvendo a administração pública, estão definidas em nossa Política Anticorrupção. Neste documento, estão definidas as ações vetadas pela companhia e as permitidas. Complementarmente, também temos a Política de Relacionamento com Agentes Públicos a fim de direcionar os colaboradores sobre sua conduta **nestas interações**.

- i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Diretoria de Compliance (DC) tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. Contamos com uma área dedicada ao programa de integridade, contemplando a disseminação do código de conduta, política anticorrupção, treinamentos, pílulas de conhecimento e outras políticas relacionadas.

Adicionalmente, possui uma estrutura responsável por realizar *Due Diligence* dos órgãos públicos que a Cogna possui intensão de participar de licitações ou dos distribuidores que nos representam, bem como o acompanhamento de todo o processo licitatório por meio de monitoramentos e a realização de auditorias de todas as licitações ganhas. Além da diligência para órgãos públicos, a Diretoria de Compliance também realiza *Due Diligence* para fornecedores críticos de alto spend, para contratação da alta liderança e para eventuais doações e patrocínios a fim de identificar eventuais riscos de integridade ou o envolvimento de pessoas expostas politicamente (PEP).

Para endereçar os riscos oriundos das interações com agentes públicos, a Cogna atualizou em 2021 sua Política Anticorrupção, que foi aprovada pelo Conselho de Administração, documento aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho, diretores e terceiros que atuam em nome da Companhia, no qual são estabelecidas diretrizes e orientações relacionadas ao tema. Em 2022, foram elaboradas políticas complementares a Política Anticorrupção, como a Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Política de Avaliação de Riscos de Integridade de Terceiros.

A prevenção se dá principalmente por meio de treinamentos e comunicados relacionados às Políticas. O treinamento anticorrupção é disponibilizado para todos os colaboradores através de nossa plataforma de capacitação (Unico). Já as comunicações são realizadas por e-mail para todos os colaboradores através do Boletim Compliance.

A DC atua proativamente na detecção de eventuais irregularidades por meio de auditorias internas e revisões de processos com foco em controles internos, realizadas no decorrer do ano com suas prioridades determinadas por metodologia própria validada pelo Comitê de Auditoria e Risco. Ambas as abordagens permitem, por meio de testes de controles e testes substantivos, identificar eventuais não conformidades que possam impactar a administração pública. A detecção também pode se dar de forma reativa por meio de relato recebido via nosso Canal Confidencial Cogna (<https://canalconfidencial.com.br/cognaedu>) e posterior investigação.

5.3 Programa de integridade

Com o objetivo de sanar as não conformidades identificadas nesses trabalhos, são gerados planos de ações orientados a remediar deficiências processuais que permitiram a não conformidade (causa raiz). Além dos planos de ações, também são implementadas medidas disciplinares aos colaboradores que eventualmente identificarmos práticas de condutas não condizentes com as diretrizes da Cogna.

Os resultados dos trabalhos são apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, que pode sugerir reavaliações a adaptação de práticas e metodologias adotadas.

- ii. **As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A DC tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. A DC atua por meio de suas 5 células:

- Gestão de Riscos: é responsável por atuar como facilitadora na identificação e gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta e estabelecer, em conjunto com as áreas de negócios, ações de remediação para mitigá-los.
- Controles Internos: responsável por auxiliar as áreas de negócios a implementarem controles a fim de mitigar os riscos identificados. Além disso, também é responsável por testar a eficácia e orientar as áreas de negócios a realizarem os devidos ajustes, garantindo desta forma a efetividade destes controles.
- Compliance: responsável pela validação das políticas e procedimentos da Companhia, bem como por identificar eventuais descumprimentos. Também realiza a gestão do Canal Confidencial Cogna (CCC), apurando e direcionando relatos conforme necessidade. Além disso, é responsável, pela realização de treinamentos e comunicações das melhores práticas preconizadas pela Companhia. Ademais, também atua no processo de *due diligence* para participação em licitações ou vínculos que possam apresentar riscos de integridade. Auditoria Interna: fornece avaliação independente sobre todos os processos da Companhia.
- Privacidade de Dados: responsável por garantir a adequação dos procedimentos da Companhia a lei 13.709/2018 que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet.

A DC tem sua independência garantida por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco, órgão para o qual os trabalhos e fragilidades identificadas no decorrer das atividades são reportados oportunamente. Cabe mencionar que este Comitê é um dos comitês consultivos com reporte direto ao Conselho de Administração da companhia.

- iii. **Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

5.3 Programa de integridade

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Conduta Cogna tem como objetivo nortear e deixar explícitos os comportamentos considerados aceitáveis ou repudiados pela Companhia. O documento considera a opinião de diversas áreas da Companhia que, alinhadas a nossa Missão, Visão e Valores, se empenharam em classificar as ações consideradas adequadas para o bom funcionamento dos processos da Companhia e relações de trabalho. O curso sobre o Código de Conduta Cogna disponível na Universidade Cogna é obrigatório para todos os colaboradores, sendo realizado na etapa de integração para todos os colaboradores recém-admitidos. Cabe mencionar que este treinamento deve ser realizado por todos os colaboradores a cada dois anos.

O Código de Conduta Cogna se aplica a todos os colaboradores – administrativos e docentes – e administradores da Cogna, bem como a parceiros de negócios atuando em nome da Companhia, em suas relações com colegas, membros de suas equipes, empresa, fornecedores, acionistas, governo e outros parceiros de negócios. Além do Código de Conduta Cogna, também contamos com o Código de Conduta de Fornecedores, que é disponibilizado aos nossos parceiros e exigido seu aceite digital no momento de seu cadastro enquanto fornecedor.

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os colaboradores e Diretores da Cogna e suas empresas são treinados quanto as diretrizes do nosso Código de Conduta e nossa política anticorrupção ao serem admitidos, onde estes treinamentos são obrigatórios.. Cabe mencionar que estes treinamentos devem ser realizados por todos os colaboradores a cada dois anos.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador, em qualquer nível da Companhia, que violar o Código de Conduta ou qualquer outra diretriz da companhia, bem como leis e regulamentação aplicáveis, está sujeito a ações disciplinares, incluindo advertência verbal, advertência escrita, suspensão, demissão e demissão por justa causa. Violações que podem implicar ações disciplinares incluem:

- o Violar direta ou indiretamente o Código de Conduta, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- o Orientar ou apoiar outros na violação do Código de Conduta, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- O Omitir-se na pronta apresentação de uma violação conhecida ou suspeita do Código de Conduta, leis, regulamentações ou políticas da Companhia aos canais competentes.
- o Não cooperar com a Companhia nas investigações de denúncias relacionadas às violações.
- o Retaliar um colaborador por ter reportado uma potencial violação ou mesmo por ter colaborado em uma investigação.

5.3 Programa de integridade

o Ter proporcionado as condições para a violação ao omitir-se na comunicação e/ou supervisão da conduta da equipe pela qual é responsável.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o Código de Conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Cogna está vigente e foi aprovado pela Presidência e Conselho de Administração em 2023.

O Código de Conduta Cogna está disponível nos sites institucional e de relações com investidores da Companhia (www.cogna.com.br e ri.cogna.com.br). Para nossos colaboradores, o Código de Conduta também está disponibilizado no Informa.

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Cogna possui o Canal Confidencial Cogna (CCC), sob gestão da Diretoria de Compliance. Este canal deve ser utilizado para reportar as situações nas quais os valores e princípios éticos da Companhia estejam sendo violados ou colocados em risco.

A gestão de todas as informações registradas no CCC é de responsabilidade da empresa parceira Alliant, que armazena todas as informações e evidências e direciona para a Diretoria de Compliance.

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal está disponível nos sites da Cogna e suas subsidiárias (Kroton, Platos, Saber e Vasta/Somos), RI e no Meu Portal. O canal é acessível por todos os públicos, sendo colaboradores, ex-colaboradores, parceiros de negócios, fornecedores, clientes, alunos ou qualquer pessoa ou empresa que possa ter algum vínculo com a Cogna.

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Ao inserir um novo relato no CCC, o denunciante tem a opção de se identificar ou manter o anonimato. O CCC, por permitir o anonimato do relator, não viabiliza a identificação de quais denúncias tiveram sua origem interna e/ou externamente. Este canal tem como princípio a confidencialidade de informações e por isso, todas as informações registradas são de gestão do parceiro Alliant. Todas as situações reportadas ao CCC são tratadas com total seriedade, sigilo, imparcialidade e independência pela Diretoria de Compliance. Caso o denunciante se identifique, ele terá a sua identidade preservada durante todo o processo de investigação. Nosso compromisso com o sigilo e garantia do anonimato é comunicado ao relator através do próprio CCC previamente ao registro de sua denúncia.

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

5.3 Programa de integridade

A Diretoria de Compliance é a área responsável pela apuração das denúncias, sendo os resultados desses trabalhos de investigação e auditoria apresentados trimestralmente ao Comitê de Auditoria e Risco.

Quando constatada a procedência do relato mediante entendimento dos fatos e das fragilidades processuais que causaram a ocorrência, e evidências identificadas, o caso é apresentado ao Comitê de Conduta, que é a instância responsável pela deliberação das medidas disciplinares a serem aplicadas e outras ações pertinentes. Este Comitê é constituído pelas áreas de Compliance, Jurídico e Gente e Cultura, onde os membros de cada uma destas áreas varia de acordo com o cargo da pessoa denunciada e a categoria da denúncia.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não foram identificados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia adota os mecanismos mencionados anteriormente.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, a Companhia permanece trabalhando em uma série ações que visam mitigar os riscos Cibernéticos relacionados ao tratamento, exposição de dados pessoais e quaisquer outros riscos que possam impactar significativamente as Demonstrações Financeiras.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de Riscos e Controles Internos, estabelecida até a data referência do presente documento, se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Riscos. .